



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB

INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NA ESCOLA REGULAR

RUBILENE PINHEIRO JUCA

ORIENTADORA: DRA ANA PAULA CARLUCCI

BRASÍLIA/2015



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

RUBILENE PINHEIRO JUCA

INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NA ESCOLA REGULAR

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientador (a): Dra Ana Paula Carlucci

BRASÍLIA/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

RUBILENE PINHEIRO JUCA

INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NA ESCOLA REGULAR

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em _28__/_11_/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

ANA PAULA CARLUCCI

MERCEDES VILLA CUPOLILLO

RUBILENE PINHEIRO JUCA

BRASÍLIA/2015

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho à minha mãe Rosa, que mesmo sem estudos acreditava que eu seria uma vencedora, que conseguiria o que ela não teve a chance de conseguir, também ao meu esposo, filhos e familiares que nos apoiaram sempre nos incentivaram na realização desta tarefa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pelo ar que respiro e pessoas que convivo. A meus pais, Rosa e Rosemir, que com amor e carinho me ensinaram a trilhar os primeiros passos na trajetória da vida e nos ensinaram para que hoje estarmos concluindo o Curso de Pós-Graduação. Aos meus filhos Litaíson, Tacylene que tolerantes, compartilharam momentos preciosos de suas vidas comigo. A Escola onde vai ser elaborada a pesquisa. Aos Professores, pais, amigos e alunos que contribuíram com minha proposta. A minha Orientadora. Acolhedora, contribuinte e incentivadora. E em especial, agradeço meu esposo Tarcísio pelo amor e auxílio.

RESUMO

A presente pesquisa enfatizou a inclusão de alunos surdos na escola de ensino regular município de Cruzeiro do Sul. Para tanto, transcorremos por um breve relato histórico sobre a trajetória da Educação especial, objetivando analisar as possibilidades dos mecanismos e os meios que viabilizem a otimização do trabalho pedagógico com alunos surdos na educação inclusiva. Para a realização da pesquisa, entrevistamos cinco professoras, a fim de conhecer as possibilidades das práticas pedagógicas para receber às demandas da Educação Inclusiva. Para a análise das informações, realizamos a análise interpretativa de conteúdo. Concluímos que o sistema de ensino caminha em passos lentos, pois as escolas estão desprovidas de recursos básicos, precisando de docentes mais preparo para receber esses alunos, ausência da família no processo educativo de seus filhos, adaptação das práticas pedagógicas para atender às demandas da Educação Inclusiva, pois precisamos estimular os alunos a ampliarem os seus conhecimentos e garantir seu esforço e direitos de uma educação de qualidade.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva, Aluno, Surdo.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	V
RESUMO.....	VI
SUMÁRIO.....	VII
GRAFICOS.....	IX
1. APRESENTAÇÃO	1
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	4
2.1 Deficiência Auditiva.....	4
2.1.2 Tipos de Deficiência.....	4
2.1.3 Causas da perda Auditiva.....	5
2.1.4 Grau da perda Auditiva.....	5
2.2 Panorama histórico do processo educacional do surdo.....	7
2.3 Legislação Brasileira Sobre a Surdez.....	10
2.4 Importância de Libras no Processo de inclusão.....	12
3 OBJETIVOS.....	15
3.1 Geral.....	15
3.2 Especifico.....	15
4 METODOLOGIA.....	16
4.1 Fundamentação Teórica da metodologia.....	15
4.2 Contextos da Pesquisa.....	17
4.3 Participantes.....	18
4.4 Materiais.....	18

4.5 Instrumentos de construção de dados.....	18
4.6- Procedimento de construção de dados.....	19
4.7- Procedimentos de Análise de Dados.....	19
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	20
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS.....	31
APÊNDICES.....	34
Apêndice A – Roteiro de Entrevistas das Professoras.....	34
Apêndice B – Fotos da escola.....	35
ANEXOS.....	36
A- Carta de Apresentação – Escola (Modelo).....	36
B – Aceite Institucional.....	37
C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor (Modelo).....	38

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.....	21
Gráfico 2.....	22
Gráfico 3.....	24
Gráfico 4.....	26
Gráfico 5.....	27

1. APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa tem como tema a inclusão de alunos surdos no município de Cruzeiro do sul. A inclusão vem nascendo como um grande desafio para todos os professores, com possibilidades reais de aprendizagem, gerando assim, aprofundar em conhecimentos e gerando novo saberes. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB, no 9394/1996) estabelece que os sistemas de ensino deverão assegurar, principalmente, professores especializados ou devidamente capacitados, que possam atuar com qualquer pessoa especial na sala de aula. No entanto, sabemos que a realidade apresentada esboça um quadro diferente.

O interesse da pesquisa vai ao encontro com grandes desafios dos educadores brasileiros, nos dias atuais, que é a busca de uma educação para todos que respeite a diversidade, as minorias, os direitos humanos, eliminando estereótipos e substituindo o “conceito de igualdade pelo de equidade, ou seja, a igualdade de direitos respeitando-se as diferenças” (GADOTTI, 1993, p. 213). Ainda, segundo Skliar (2005, p.27),

usufruir da linguagem de sinais “é um direito dos surdos e não uma concessão de alguns professores e escolas”. Os surdos têm plenos direitos a uma educação que privilegie a sua língua materna e de acordo com a legislação brasileira isso não lhe deve ser negado. No Brasil, leis e decretos garantem a estes alunos uma educação diferenciada em classes regulares, onde sua língua nacional de signos, aqui conhecida como Libras (Língua Brasileira de Sinais), é valorizada.

Diante desse panorama, surge a necessidade de aprofundar os conhecimentos, de preparar-se melhor para dar suporte ao professor do Ensino Fundamental e, conseqüentemente, contribuir com a inclusão do aluno com necessidades educacionais na rede regular de ensino, em especial o aluno surdo.

No trabalho promovemos uma reflexão sobre como vem se desenvolvendo entre as leis e praticas envolvendo o aluno surdo em seu processo de aprendizado escolar, especialmente, a forma de aquisição da linguagem nesses educandos. Os alunos com deficiência auditiva sofrem formas distintas, a exclusão tem apresentado características comuns nos processos de segregação e integração.

No começo, o ensino regular para aluno com surdez era espaço segregado, as salas eram montadas separadamente e o horário do intervalo era contrário dos alunos ouvintes e, principalmente, o despreparo da gestão e dos docentes em atuar e trabalhar com esse alunado dentro da escola gerava, assim, a exclusão. Em 1994, com o advento da Declaração de Salamanca, temos visto diversos debates a respeito da inclusão de pessoas com deficiência no contexto escolar. A inclusão tem sido motivo de discussões no âmbito educacional tanto na forma de legislação quanto na teoria e prática (Declaração de Salamanca 1994).

O objetivo dessa pesquisa foi conhecer os processos de inclusão de alunos surdos e analisar os mecanismos e os meios que viabilizem a otimização do trabalho pedagógico com surdos na perspectiva inclusiva da aprendizagem em contexto escolar onde os sujeitos (professores e alunos) envolvidos são na sua maioria ouvintes e comunidade escolar. E como objetivo específico: analisar as condições de aprendizagem e desenvolvimento de uma criança surda procurando, identificar os métodos existentes para se trabalhar com o estudante surdo na sala de aula e identificar as principais dificuldades encontradas pelos os professores em inclui esse aluno com deficiência com os outros “ditos normais”.

Assim sendo, esta pesquisa se fundamenta no campo de investigação em uma escola Municipal do Cruzeiro do Sul. O trabalho apresentado divide-se em cinco partes, sendo a primeira a introdução, que dá uma visão geral de como o trabalho está estruturado. Enquanto que a segunda é composta da fundamentação teórica na qual relata como ocorreu a trajetória da educação dos surdos ao longo da história da humanidade, também demonstra o que está assegurado nas leis: Declaração de Salamanca (Brasil, 1994), e Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Traz alguns conceitos de inclusão embasados em autores como Moura (2000), Cunha (1994), Borges (2004), Werneck (1997), entre outros.

Quanto aos aspectos metodológicos trilha-se o caminho da pesquisa com enfoques qualitativos, onde o objetivo de estudo terá caráter exploratório. O tipo de pesquisa será de campo com traços participativos. Para coleta de dados, concentra-se em uma entrevista semiestruturada para detectar as possíveis dificuldades que o professor enfrenta ao trabalhar com o aluno surdo, a observação para investigar as metodologias utilizadas para facilitar o trabalho com o aluno surdo e, ainda, a análise de documentos da escola, planos de aula e outros recursos utilizados pelos professores.

Através deste trabalho pretende-se possibilitar a percepção das dificuldades, capacidades e possibilidades dos alunos com deficiência promovendo e facilitando a interação

e evolução deste aluno na escola. Na continuação apresentar a metodologia que faz uma descrição do local, dos sujeitos da pesquisa bem como métodos, instrumentos, coletas de dados e matérias utilizados para obtenção de informações acerca do tema em questão. A parte subsequente culmina com uma análise de como está acontecendo a inclusão do aluno surdo na referida escola, mediante uma pesquisa com alguns professores que tem alunos surdos incluídos na sua sala de aula.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Deficiência Auditiva

De acordo com o Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999, a deficiência auditiva é uma "perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando em graus e níveis". Suas causas são viroses maternas, doenças tóxicas desenvolvidas durante a gravidez ou adquirida, ocasionada por ingestão de remédios que lesam o nervo auditivo, exposição a sons impactantes, viroses, predisposição genética, meningite.

2.1.2 Tipos de Deficiência Auditiva

- **Condutiva**

Essa acontece quando há interferência na transmissão do som desde o conduto auditivo externo até a orelha interna. Na maioria das vezes a deficiência auditiva condutiva pode ser corrigida através de tratamento clínico ou cirúrgico. Esta deficiência pode ter várias causas que são: Corpos estranhos no conduto auditivo externo, tampões de cera, otite externa e média, má formação congênita do conduto auditivo, inflamação da membrana timpânica, perfuração do tímpano, obstrução da tuba auditiva, etc.

- **Sensório-Neural**

É uma impossibilidade de recepção do som por lesão das células ciliadas da orelha interna ou do nervo auditivo. Essa deficiência auditiva é definitivamente. A deficiência auditiva sensório-neural pode ser hereditária bem como problemas da mãe no pré-natal tais como a rubéola, sífilis, herpes, toxoplasmose, alcoolismo, toxemia, diabetes etc. Também podem ser causada por traumas físicos, prematuridade, baixo peso ao nascimento, trauma de parto, meningite, encefalite, caxumba, sarampo etc.

- **Mista**

Quando acontecem alguns tipos de alteração na transmissão do som até o órgão terminal sensorial associada à lesão do órgão sensorial ou do nervo auditivo.

- **Central, Surdez Central ou Distúrbio no Processamento Auditivo Central**

Este tipo de deficiência auditiva não é, fundamentalmente, seguida de uma redução da sensibilidade auditiva, mas manifesta-se por diferentes graus de dificuldades na captação das informações sonoras. Transcorre de falsificações nos mecanismos de informação da difusão sonora no tronco cerebral (Sistema Nervoso Central).

2.1.3 Causas da perda auditiva

As causas perda auditivas acontecem de duas maneiras: a congênita e a adquirida. Na surdez congênita encontram-se aqueles que nascem surdos, e existem três grupos principais:

Hereditárias: Causadas por influências genéticas, por exemplo as síndromes geneticamente determinadas.

Pré-natais: Causadas por influências nocivas sobre o embrião durante o desenvolvimento, por exemplo: a mãe adquirir rubéola; citomegavírus; toxoplasmose; sífilis; sofrer radiação; apresentar anemia severa; distúrbios metabólicos durante a gestação.

Peri-natais: Causadas por influências que podem ocorrer no momento do nascimento, algumas horas, ou até nos primeiros dias de vida, por exemplo: falta de oxigenação no cérebro (anóxia), hipóxia, prematuridade, baixo peso, traumas de parto, Kerniktures (depósito de bilirubina no sistema nervoso central e eritroblastose fetal incompatibilidade do fator RH).

2.1.4 Grau da Perda Auditiva

Perda Auditiva Leve:

Implica na incapacidade de ouvir sons abaixo de 30 decibéis. Discursos podem ser de difícil audição especialmente se estiverem presentes ruídos de fundo.

Perda Auditiva Moderada:

É aquela que o indivíduo tem incapacidade de ouvir sons abaixo de cerca de 50 decibéis. Aparelho ou prótese auditiva pode ser necessária.

Perda Auditiva Severa:

São perdas que pessoas tem a incapacidade de ouvir sons abaixo de cerca de 80 decibéis. Próteses auditivas são úteis em alguns casos, mas são insuficientes em outros. Alguns indivíduos com perda auditiva severa se comunicam principalmente através de linguagem gestual, outros contam com uso das técnicas de leitura labial.

Perda Auditiva Profunda:

Essa é realmente a mais difícil pois é a ausência da habilidade de ouvir, ou a incapacidade de ouvir sons abaixo de cerca de 95 decibéis. Tal como aqueles com perda auditiva severa, alguns indivíduos com perda auditiva profunda se comunicam principalmente através de linguagem gestual, outros com uso das técnicas de leitura labial, ou Libras.

Os indivíduos com níveis de perda auditiva leve, moderada e severa são chamados de deficientes auditivos, enquanto os indivíduos com níveis de perda auditiva profunda são chamados surdos. Considerando Deficiência Auditiva Profunda – Limiares acima de 90 dB.

2.2 Panorama histórico do processo educacional do surdo

O caminho do indivíduo com deficiência era assinalado por preconceitos e lutas em favor do direito à cidadania, de acordo com cada cultura dentro da sociedade. A sociedade acreditava que as crianças com deficiência eram uma manifestação da presença da divindade

ou que poderiam absorver os males que recairiam sobre o grupo segundo Gugel (2007). Na idade Média Gauleses, por exemplo, sacrificavam crianças surdas aos deuses Tutátis. Os Gregos e os Romanos na idade média não consideravam a pessoa com deficiência como ser humano, isso porque para a sociedade da época, uma pessoa só vivia e/ou existia se pudesse trabalhar, estudar, lutar ou se pudesse se comunicar. No Egito, os surdos eram vistos como indivíduos não educáveis.

No início da idade moderna o médico Girolano Cardano, entre 1501-1576, contradiz o sábio Aristóteles teorizando que a audição e o uso da fala não são essenciais à compreensão das ideias e que a surdez é mais uma barreira à aprendizagem do que uma condição mental.

Já o pensador Aristóteles considerava que os surdos não eram seres humanos competentes, pois, para ele, o pensamento não podia se desenvolver sem linguagem e que esta não se desenvolvia sem a fala. E nessa época os surdos eram sacrificados. Na Idade Moderna, de acordo com Strobel (2006), as pessoas surdas ou com deficiência começaram a ser valorizadas devido aos trabalhos e avanços educacionais.

Segundo Moura (2000), Lodi (2005) e Goldfeld (2002), a educação dos surdos teve início a partir da intervenção de um monge chamado Pedro Ponce de León, (1520-1584) foi procurado por famílias, com o objetivo de que seus filhos aprendessem a falar, já que o monge possuía certas técnicas que auxiliavam neste processo. As famílias mais abastadas tinham grande preocupação com seus filhos, visto que os mesmos não gozavam de vários direitos perante a lei, inclusive o de receberem herança. Lodi (2005) ressalta que, apesar da busca pela fala dos Surdos, a utilização de sinais não era proibida no monastério e, até mesmo León se utilizava desta prática para se comunicar com alguns de seus alunos, inclusive por meio do alfabeto manual.

Existiram outros pesquisadores também interessados neste tipo de ensino, pois traziam enorme benefício financeiro, já que as famílias que pertenciam a nobreza que contratavam esses professores para ensino e aprendizagem dos seus filhos. A partir do século XVII, foi criada a primeira escola pública para surdos, na França, pelo Charles Michel L'Épée em 1760.

O abade Charles-Michael de L'Épée (1712-1789) foi um educador filantrópico francês que ficou conhecido como “Pai dos Surdos” e também um dos primeiros que defendeu o uso da Língua de Sinais (...) teve a disponibilidade de aprender a língua de sinais para poder se comunicar com os surdos (...) referindo-se à língua de sinais com respeito (HONORA, 2009, p. 21-22).

A história das pessoas surdas começou a melhorar no final do século XVIII, a educação para surdos realmente começou a se expandir. Apresentamos vários avanços tecnológicos que indicavam o aprendizado da fala pelo surdo. O oralismo começou a ganhar força a partir da segunda metade do século XIX, é técnica de leitura labial consiste em “ler e interpretar” os movimentos dos lábios de alguém que está falando. Já o Bilinguismo é modalidade que dá acesso aos sujeitos surdos nas a duas línguas no contexto escolar.

No Brasil, segundo Goldfeld (2002), o professor francês Hernest Huet desembarcou trazido por D. Pedro II, no ano de 1855, para iniciar a educação com crianças Surdas, mas Moura (2000) discorda quando se fala de quem iniciou esses estudos no Brasil. Segundo a autora, quem veio ao Brasil em 1857 e fundou o primeiro Instituto Brasileiro de Surdos Mudos (INES) foi Edward Huet. Utilizavam neste espaço a Língua Francesa de Sinais para o ensino dos Surdos brasileiros, que em fusão com a língua já utilizada pelos Surdos do Brasil deu origem à Língua Brasileira de Sinais. O INES foi, e ainda o é, um dos Institutos mais importantes para as pessoas surdas no Brasil. Por meio dele é que muitos brasileiros puderam ter acesso à Língua de Sinais e aprenderem a Língua Portuguesa.

Hernest Huest, ex-aluno surdo do Instituto de Paris, trouxe o alfabeto manual francês e a Língua Francesa de Sinais. Deu origem à língua Brasileira de Sinais, com grande influência da língua Francesa (...) apresentou documentos importantes para educar os surdos, mas ainda não havia escolas especiais (HONORA, 2009, p. 27).

A inclusão no Brasil teve influência de dois fatos educacionais importantes que discutiram o fracasso escolar. O primeiro fato, a Conferência Mundial de Educação para Todos, ocorreu na Tailândia em 1990. Durante esse encontro discutiu-se a necessidade do desenvolvimento de uma política educacional de qualidade, a qual liberasse o atendimento efetivo a um maior número de crianças na escola. Adiante disso, nesse evento, destacou-se a importância de serviços que atendessem aos alunos, tanto aqueles considerados normais, quanto aqueles com necessidades educacionais especiais.

O segundo acontecimento, a Conferência de Salamanca, ocorreu em (1994, na Espanha). Foi durante esse acontecimento que a importância de escola inclusiva passou a ser debatido de forma mais sistemática. Seu principal objetivo, segundo Borges (2004), era o desenvolvimento de um trabalho pedagógico de qualidade, centrado no aluno, proporcionando

a chance de aprendizagem a todos. De acordo com a Declaração de Salamanca, estabelecida durante a conferência, qualquer aluno que apresentasse dificuldades em sua escolarização seria considerado com necessidades educativas especiais, cabendo a escola adequar-se às especificidades de cada aluno (GUARINELLO et al., 2006).

Dorziat (2004s/p) considera que a inclusão social de pessoas surdas, objetivando sua participação social efetiva, depende de uma organização das escolas considerando três critérios: A interação por meio da língua de sinais. A valorização de conteúdos escolares e a relação conteúdo-cultura surda. Embora a inclusão escolar sendo apontada como um dos meios para se chegar à inclusão social, pode-se verificar que nas escolas “inclusivas” estes critérios não são observados: não existe interação por meio da língua de sinais, uma vez que professores e alunos ouvintes não são fluentes em Libras, a aprendizagem é prejudicada e a cultura surda não é levada em conta, prevalecendo nestas escolas a cultura ouvintista ou seja língua portuguesa.

Segundo Bortoleto, Rodrigues e Palamin (2002/2003p. 45-50), a inclusão do surdo na escola deve garantir sua permanência no sistema educacional regular com igualdade de oportunidades, bem como, ensino de qualidade. Mas o que é igualdade de oportunidades com intérprete na sala de aula em vez de professor fluente em Libras? Qual a qualidade da comunicação entre professores e alunos surdos? Que dirá da qualidade do ensino? Pesquisando e conversando com algumas pessoas com necessidades educacionais especiais, percebemos que a Libras é a esperança para uma comunidade surdas que em sua maioria são desrespeitadas em seus direitos, além de uma forma de relacionar-se com o próximo e viver em sociedade.

2.3 Legislação Brasileira Sobre a Surdez

No Brasil, já no final dos anos 1980, os surdos lideraram o movimento de oficialização da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Em 1993, um projeto de Lei deu início a uma longa batalha de legalização e regulamentação em âmbito federal. Segundo Menezes, o surgimento de Libras no Brasil aconteceu quando,

O Brasil ainda era uma colônia portuguesa governada pelo imperador Pedro II quando a língua de sinais para surdos aportou no país, mais precisamente no Rio de Janeiro. Em 1856, o conde francês Ernest Huet desembarcou na capital fluminense com o alfabeto manual francês e alguns sinais. O material trazido pelo conde, que era

surdo, deu origem à Língua Brasileira de Sinais (Libras). O primeiro órgão no Brasil a desenvolver trabalhos com surdos e mudos surgiu em 1857. Foi do então Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), que saíram os principais divulgadores da Libras. A iconografia dos sinais, ou seja, a criação dos símbolos, só foi apresentada em 1873, pelo aluno surdo Flausino José da Gama. Ela é o resultado da mistura da Língua de Sinais Francesa com a Língua de Sinais Brasileira antiga, já usada pelos surdos das várias regiões do Brasil (2006, p. 92).

Em 1999, o Decreto nº 3298/99, regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Em 2000, a Lei nº 10.098/00 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Em 2001, Leis Federais Nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001, aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências (Educação Especial - Implantar em (05) cinco, generalizar em (10) dez Anos, o ensino da Língua Brasileira de Sinais para os alunos surdos e sempre que possível para seus familiares, para o pessoal da unidade escolar, mediante um programa de formação de monitores em parceria com organizações não governamentais).

No ano de 2002, este Decreto regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. No artigo 1º, esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. No artigo 18, encontramos que o Poder Público programa a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.

Em 2005, o Decreto nº 5.626/05 regulamenta a lei 10.436/02 e a lei 10.098/00. O Artigo 3º institui que a Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; Art. 5º A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal

superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngue.

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprendem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem receber e satisfazer as necessidades diversas de seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos (UNESCO, 1994, p. 11).

Atualmente, observa-se que, apesar de ter leis para resguardo da pessoa deficiente, a inclusão não está acontecendo como consta na legislação. O surdo tem acesso à matrícula na escola regular, mas não com a garantia de todos os direitos previstos. Boa parte dos professores e das escolas não estão preparadas para receber alunos surdos nem na sua estrutura física como também no currículo. A maioria dos professores não é bilíngue, faltam intérpretes de Libras nas salas de aula, com isso atrapalha os processos de aprendizagem destes educandos. De acordo com Borges (2004 s/p), era o desenvolvimento de um trabalho pedagógico de qualidade, centrado no aluno, oferecendo a oportunidade de aprendizagem a todos. Para Pimenta (2002p.199), o estágio propicia conhecimento e reflexão acerca da realidade do ensino contribuindo para a qualificação do futuro professor.

2.4. Importância de Libras no Processo de Inclusão

É indispensável a língua de sinais no processo de inclusão dos surdos e no ambiente escolar, sendo a escola de fundamental importância na formação do cidadão para garantir-lhe seus direitos de ser alfabetizados em sua língua. A inclusão da Libras na escolarização do aluno surdo significa quebrar um silêncio que durante décadas silenciou os direitos dessa comunidade. O Ministério da Educação, (MEC) indica como deve ser constituído o ensino e uso da Libras, conforme destacamos abaixo:

Para a inclusão dos alunos surdos, nas escolas comuns, a educação bilíngue/língua portuguesa/Libras, desenvolve o ensino escolar na língua portuguesa e na língua de sinais, o ensino da língua portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para alunos surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e língua portuguesa e o ensino da Libras para os demais alunos da escola. O atendimento

educacional especializado é ofertado, tanto na modalidade oral e escrita, quanto na língua de sinais. Devido à diferença linguística, na medida do possível, o aluno surdo deve estar com outros pares surdos em turmas comuns na escola regular (BRASÍLIA, 2008, v. 4, n.1, p.16).

A Libras é a sigla utilizada para designar a Língua Brasileira de Sinais, já que cada país tem a sua própria língua, que expressa os elementos culturais daquela comunidade de Surdos. Ela foi oficializada em território nacional pela Lei Federal nº 10.436/2002 e, em dezembro de 2005 regulamentada pelo Decreto Federal nº 5.626. A regulamentação trouxe avanços para a cidadania bilíngue das pessoas Surdas, visto que amplia os domínios da língua de sinais para diferentes segmentos sociais.

As línguas de sinais apresentam uma modalidade diferente das orais-auditivas. São línguas espaços-visuais, ou seja, a realização dessas não é estabelecida por meio do canal oral-auditivo, mas por meio da visão e da utilização do espaço. A diferença na modalidade determina o uso de mecanismos sintáticos específicos, diferente dos utilizados nas línguas orais.

As línguas de sinais, que não são universais, são sistemas linguísticos independentes dos sistemas orais. [...] O oralismo é uma abordagem que visa à integração da criança surda na comunidade ouvinte, enfatizando a língua oral do país. (GOLDFELD, 1997). A aquisição da Libras desde a mais tenra idade possibilita às crianças surdas maior rapidez e naturalidade na exposição de seus sentimentos, desejos e necessidades. Possibilita a estruturação do pensamento e da cognição e ainda uma interação social, ativando consequentemente o desenvolvimento da linguagem.

Segundo Quadros (1997), a escrita deve ser oportunidade de um indivíduo expressar inúmeras situações significativas para determinados fins. A produção criativa é possível somente quando envolve situações comunicativas verdadeiras e quando o aluno identifica as possibilidades da nova língua enquanto objeto social interacional. A língua escrita é uma língua construída independentemente da construção da língua oral. Um bom leitor e um bom escritor é aquele que lê e escreve muito. A língua escrita é adquirida por meio de constante acesso a ela.

É importante perceber que o ambiente bilíngue pressupõe o conhecimento da língua de sinais pelo maior número de pessoas na escola e não apenas pelo aluno Surdo e seu professor. Nesse ponto, vale lembrar a necessidade de as escolas descreverem com instrutores ou professores de Libras, preferencialmente, Surdos, com a finalidade de atuar como modelos

para identificação linguístico-cultural das crianças surdas e ser responsável por difundir e ensinar a língua de sinais na escola e na comunidade. Procurando assim amenizar os obstáculos que a vida se encarregou de construir na vida dessa pessoa com deficiência, muitas vezes até mesmo por irresponsabilidades dos pais.

Muitas barreiras são formadas pelo preconceito, percebe-se que a inclusão possibilita aos que são discriminados pela deficiência, pela classe social ou pela cor que, por direito, ocupem seu espaço na sociedade. Se isso não ocorrer, essas pessoas serão sempre dependentes e terão uma vida cidadã pela metade. Crochík (1997a, p.56) que: “(...) o preconceito é um fator que revela a dificuldade da individuação, por implicar em não reflexão e não experimentação em relação ao(s) objeto(s) de preconceito”.

OBJETIVOS

Geral

- Analisar os mecanismos e os meios que viabilizem a otimização do trabalho pedagógico com surdos na perspectiva inclusiva e como aconteceu processo de integração dos estudantes com deficiência auditiva no ensino regular.

Específicos

- Verificar as condições de aprendizagem e desenvolvimento de uma criança surda, procura identificar os métodos existentes para se trabalhar com o estudante surdo na sala de aula.
- Identificar se os estudantes com surdez socializam somente com seus pares ou com os demais alunos da escola, que possibilitem promover um atendimento na área educacional.

4. METODOLOGIA

4.1 - Fundamentações Teóricas da Metodologia

O presente trabalho trilha-se no caminho da pesquisa com enfoques qualitativos. Este é um método utilizado para tentar entender o comportamento dos sujeitos. Conhecer as situações que os mesmos vivem e entender como interagem e constroem a realidade em que atuam. Suas características são: a observação, a descrição, a compreensão, a flexibilidade e a interpretação. Por isso pode também ser percebido como pesquisa-ação.

A opção pela abordagem qualitativa deu-se pelo caráter vivencial e pela possibilidade de estabelecer uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre este e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O processo de coleta de dados envolve a escolha das técnicas e instrumentos de pesquisa.

Deve-se definir as técnicas a serem utilizadas tanto para a pesquisa de campo (entrevistas, observações, formulários, história de vida) como para a pesquisa suplementar de dados, caso seja utilizada pesquisa documental, consulta a anuários, censos. Geralmente se requisita que seja anexado ao projeto o roteiro dos instrumentos utilizados em campo (MINAYO, 2004, p.43).

De acordo com os pressupostos epistemológicos da pesquisa qualitativa, foi realizado um roteiro para orientar, possibilitando maior interação entre a pesquisadora e os sujeitos entrevistados. Segundo Lüdke e André (1986, p. 34), essa técnica “(...) permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos”.

A entrevista pode ser definida como “(...) uma conversa entre duas ou mais pessoas com um propósito específico em mente”. A entrevista, do tipo estruturada é utilizada para obter as informações referentes ao contexto escolar em questão, e como aquele aluno permanece inserido neste ambiente. No roteiro de observação procuramos escrever bastante informações que possibilitem verificar como estão sendo trabalhado as habilidades desta aluna na escola. Procurando estudar documentos como o PPP e o estudo de caso da AL-D

podemos constatar que a mesma estuda na escola faz quatro anos, que tem uma boa interação entres seus colegas de classe.

4.2- Contextos da Pesquisa

O Trabalho de pesquisa foi desenvolvido numa Escola Municipal da cidade de Cruzeiro do Sul, no interior do Acre. A escola foi escolhida por ser o espaço aonde tem alunos com necessidades educacionais especiais. A mesma trabalha com crianças do 1º ao 4º ano do ensino fundamental, com a modalidade de ensino EJA. Seu horário de funcionamento é matutino, vespertino e noturno. A instituição foi fundada em 1999, e atende atualmente 250 alunos nos três turnos. Seu quadro de funcionário atual é de 35 funcionários, sendo 16 docentes, mais a coordenadora, e a diretora e os outros são pessoas de apoio que ajudam na organização da escola e cuida pelo bom andamento da mesma.

A escola estudada recebeu alunos com deficiência somente em 2011, depois de algumas reformas na sua estrutura física, mesmo assim, continua em dificuldades pois ainda não tem sala de recursos, os alunos com necessidades educacionais especiais são atendidos na sala de informática. Foi mandado ofício para a secretaria Municipal de educação para disponibilizarem recursos para construção de uma sala AEE, mas até a presente data não obteve resposta.

Os professores ressaltam um pouco de insegurança para receber alunos com deficiência, que seria uma experiência totalmente nova. As dificuldades sugeriram, mas receberam orientação das professoras de AEE, e também pesquisaram em sites que procuram dar suporte na inclusão como é caso da <http://www.assistiva.com.br/> dar suporte para ajudar professores que não tem muito conhecimento sobre as deficiências. Segundo (RADABAUGH, 1993) “Para as pessoas sem deficiência a tecnologia torna as coisas mais fáceis. Para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis”.

Esse atendimento especializado que acontece naquela escola envolvem doze estudantes com algum tipo de deficiência, são recebidos na sala de recursos (sala de informática). Suas deficiências são: múltiplas, síndrome down, surdez, deficiente físico e mental entres outras. O atendimento acontece todos os dias no contra turno dos horários desses alunos, a professoras busca identificar os alunos suas maiores dificuldades para encima deles procura trabalha para melhoria de sua aprendizagem.

O atendimento especializado com os alunos incluídos é de grande valia pois com isso a professora de AEE vai trabalhar cada um individual e depois no coletivo podendo conhecer melhor e está adaptando atividades dentro das dificuldades para melhor desenvolver sua aprendizagem.

4.3- Participantes

Participaram da pesquisa cinco professoras, sendo três com formação em pedagogia e duas em letras e com bastante experiência na área, variando entre cinco a 15 anos de prática profissional. O motivo da escolha das professoras deu-se por elas trabalharem com crianças surdas e pela escola ser próxima a casa da pesquisadora.

4.4 – Materiais

Os materiais usados foram: papel, caneta, lápis, tinta para impressora, diário para ser registrado todas as observações colhidas no ambiente escolar. Assim também como equipamentos eletrônicos: computador, impressora, celular, produzindo assim material impresso necessário para dar suporte a pesquisa junto a equipe pedagógica.

4.5- Instrumentos de Construção de Dados

O instrumento utilizado para a construção de dados foi o roteiro de entrevistas, contendo cinco perguntas, sobre a inclusão do aluno surdo na escola, a forma que as professoras trabalham na sala de aula e as dificuldades encontradas, suas estratégias e seus benefícios que a inclusão trás para uma escola. O foco da investigação visava saber o que elas entendiam por inclusão; como trabalhavam a inclusão desse aluno; quais as maiores dificuldades que tiveram com o aluno surdo; quais as estratégias que utilizaram e que benefícios a inclusão deste aluno trouxe aos demais colegas e também às professoras participantes.

4.6- Procedimentos de Construção de Dados

O primeiro passo foi a realização de uma visita informal, para expor à equipe gestora os objetivos do trabalho. Com a autorização da direção foi efetuada a seleção das professoras que seriam alvo do trabalho. Depois, a pesquisadora apresentou a carta aos coordenadores, para o desenvolvimento de uma pesquisa de pós-graduação elaborada pela Coordenação do curso de Especialização em Educação Desenvolvimento Humano e Inclusão, e foi realizada uma breve explanação sobre o projeto de pesquisa. Em seguida foi marcado horário para realização da entrevista de forma individual e em dias diferentes, de acordo com o horário de cada professora pesquisada.

Com os dias agendados, a pesquisadora entrevistou individualmente as participantes, durante 20 a 30 minutos, sobre a realidade da educação inclusiva e, principalmente, sobre os alunos com deficiência inseridos na escola. A pesquisadora anotou as respostas, por escolhas das professoras entrevistadas.

4.7- Procedimentos de Análise de Dados

Para a análise de dados realizamos a análise interpretativa de conteúdo, em que a entrevista de cada participante foi lida e relida várias vezes para a identificação de categorias e seus significados, por meio da construção de um referencial de codificação. Assim, o conjunto de entrevistas de cada participante foi compreendido como um texto único e os diferentes níveis da análise permitiram a construção de cinco categorias: a inclusão do aluno surdo na escola; forma como as professoras trabalham a inclusão na sala de aula; dificuldades das professoras ao trabalhar aluno surdo; estratégias utilizadas pelas professoras e importância dos benefícios da inclusão.

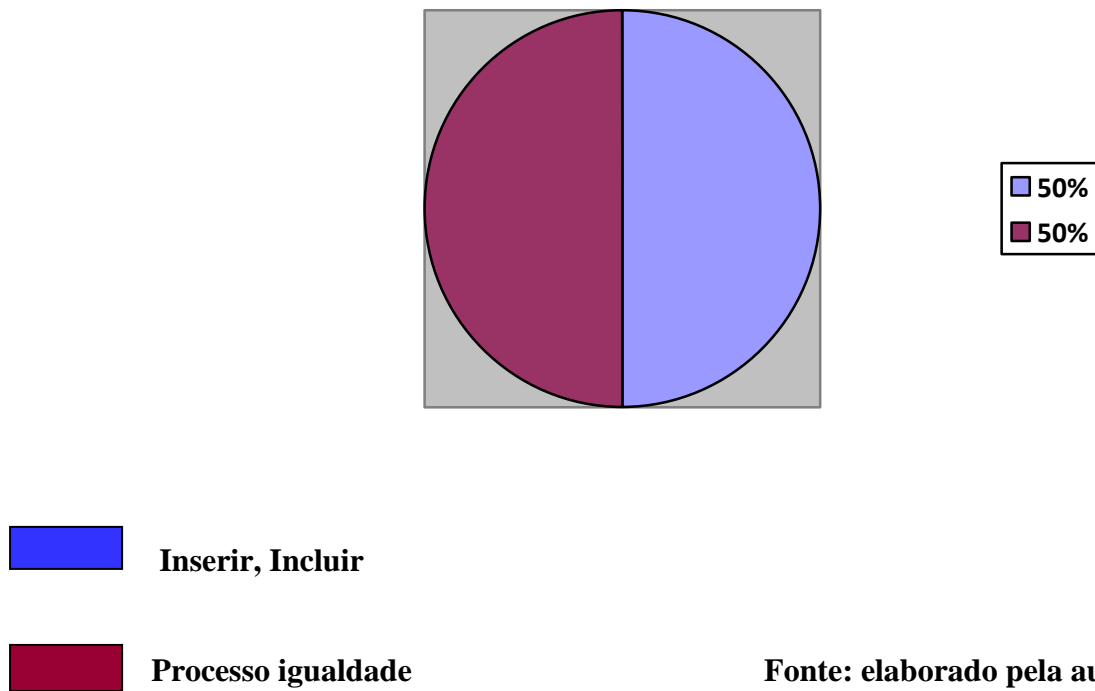
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Atualmente percebermos que o olhar da sociedade mudou em relação a pessoa surda, pois de acordo com as observações, as entrevistas e a pesquisa o surdo passou a ser um ser mais seguro e consciente. No entanto toda mudança é processual e lenta, por isso esperamos que há muito a ser feito, para chegemos uma educação de qualidade no qual o surdo possa ter seus direitos garantidos e pleno ingresso a cidadania.

A presente pesquisa revela o despreparo das professoras para lidar com o aluno surdo, citando como fator relevante o uso de uma linguagem totalmente oralista no processo de comunicação. Com isso surge da necessidade de aprofundar os conhecimentos, de preparar-se melhor para dar suporte ao professor do Ensino Fundamental e, conseqüentemente, contribuir com a inclusão do aluno com necessidades educacionais na rede regular de ensino, em especial o aluno surdo.

Com bases nas entrevistas apresentamos os resultados construídos a partir de cada um dos procedimentos e instrumentos de construção dos dados para verificar se objetivo como está sendo trabalhado na inclusão do aluno surdo na escola. Desta forma, pretende-se adquirir subsídios que permitam conhecer o nível de preparação desses profissionais para enfrentar com eficiência os desafios impostos pelo cotidiano escolar.

Gráfico 01- Referente a inclusão do aluno surdo na escola



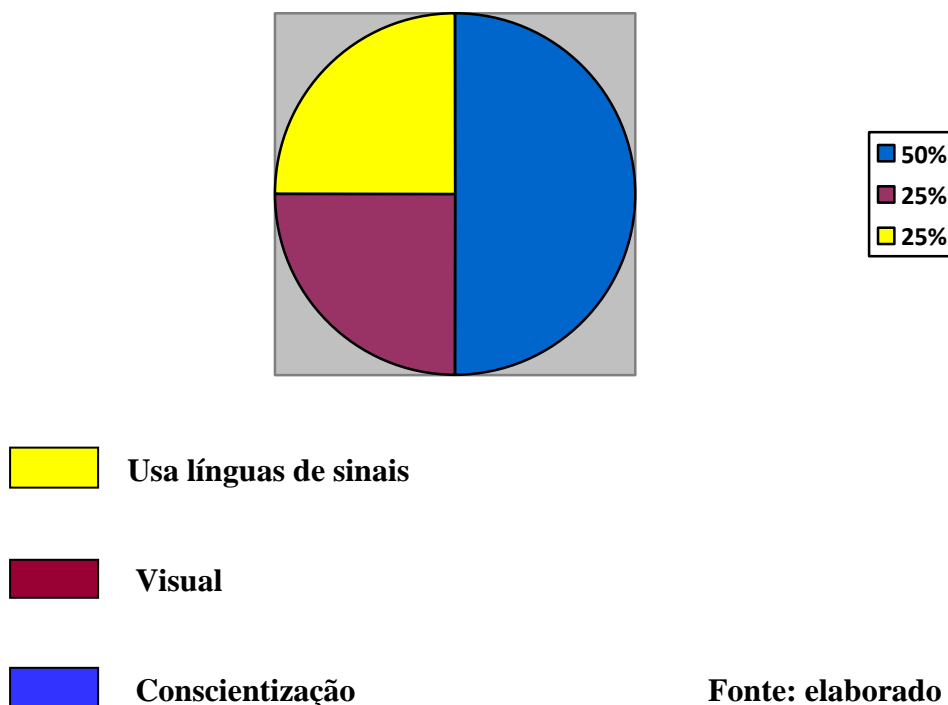
De acordo com o gráfico 1, as professoras entrevistadas tiveram respostas adversas, sendo que 50% responderam que inclusão é inserir, fazer parte e participar, ou seja, o processo de formação dessas professoras já lhes deu subsídios para atuar com alunos com necessidades educativas especiais, pois a inclusão foi vista no primeiro momento como um processo de inovação que foi expandindo em todo contexto educativo como tentativa de uma educação de qualidade.

No entanto, as outras professoras questionadas que correspondem a 50% disseram que a inclusão é um processo de igualdade, ou seja, busca dar direitos iguais a todos, sem qualquer tipo de preconceito. Percebe-se, então que ele já tem parte de seu cognitivo preparado para a inclusão.

Consideram também que a inclusão colabora para conscientização da comunidade escolar quanto ao trato ao aluno com necessidades especiais. Essa conscientização permite tratar este aluno em sua individualidade, respeitando suas limitações e preparando as outras

crianças para o respeito, a tolerância e a solidariedade. Tais atitudes evitam olhar o aluno com NEE como um “coitadinho”, além de promover o desenvolvimento de diferentes formas de linguagem para comunicação e a valorizar diferenças como meio para novas aprendizagens (como a Libras). Segundo o MEC a inclusão dos alunos surdos, nas escolas comuns, a educação bilíngue/língua portuguesa/Libras, desenvolve o ensino escolar na língua portuguesa e na língua de sinais...etc.

Gráfico 02 – Trata-se da forma como as professoras trabalham a inclusão na sala de aula



Fonte: elaborado pela autora

Na concordata com o gráfico 2, das cinco professoras entrevistadas 25% delas usam material visual para trabalhar com alunos Surdos, 25% usam a língua de Sinais. Na maioria das vezes, as professoras que equivalem a 50%, como mostra o gráfico acima, buscam conscientizar a turma da importância de terem essas crianças incluídas, pois a inclusão abre espaço para que haja cooperação, diálogo e solidariedade tanto por parte dos professores, quanto das outras crianças.

Muitas docentes têm demonstrado angustiadas com a receptividade da turma aos alunos Surdos, pois tentam prever situações que tornem agradável sua relação com os demais

membros da turma. Estão interessadas que os alunos “normais” desenvolvam mecanismos de comunicação com os alunos Surdos, mesmo que não seja o uso da Libras e que haja uma interação deste com o grupo através da convivência amigável, onde estas diferentes realidades, olhares e experiências possam contribuir para a formação e o crescimento ético tanto dos alunos “normais” quanto dos Surdos.

Ainda que haja muitas dificuldades decorrentes de carência de uma formação específica e do acompanhamento de um técnico que pudesse orientar suas ações, os professores, nas atividades de planejamento observadas, demonstram empenho no preparo e organização de atividades que capacitam o aluno Surdo, desenvolvem suas habilidades, permitem uma ação coletiva nos grupos de trabalho, evitando o máximo possível trabalho isolado, que distancia o aluno Surdo dos colegas e fortalece a exclusão.

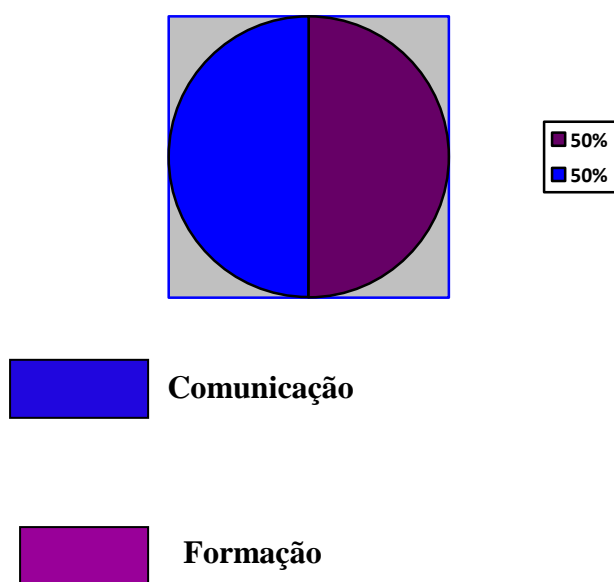
A inclusão no nosso município é bastante limitada pela falta de capacitação do profissional para o trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais incluídos em salas comuns. Invertem maciçamente nos recursos audiovisuais e no uso de material concreto para facilitar a compreensão das informações e a internalização dos conteúdos; procuram levar em conta suas necessidades individuais, procurando atendê-los dentro de suas dificuldades.

Algumas estruturas são compensatórias, mas, ainda se comprimem quando se passa para realidade da teoria a prática. As professoras ainda ficam limitadas pela ênfase no volume de conteúdo, de atividades de cópias, de exposições que, muito pouco, contribuem para a satisfação das necessidades dos alunos Surdos e para construção de um espaço de cooperação, diálogo e solidariedade tanto por parte da própria professora quanto das outras crianças e pouco leva em conta o conhecimento da realidade do próprio aluno que foi construído em sua história de vida e que não pode ser ignorado no processo de ensino. Para Werneck (1997 p.58) destaca que, "Incluir não é favor, mas troca. Quem sai ganhando nesta troca somos todos nós em igual medida. Conviver com as diferenças humanas é direito do pequeno cidadão, deficiente ou não."

As situações planejadas pela professora como atividades para a inclusão do aluno surdo devem ser pensadas de modo a facilitar a aprendizagem, considerada as limitações e as necessidades dos alunos. Não deve haver um distanciamento entre planejamento e prática pedagógico provocado pelos vícios do trabalho escolar que privilegia a oralidade, devem-se

promover atividades diversificadas de leitura, escrita e outros com comandos claros e com uma assistência especial ao aluno surdo e a todos que apresentam dificuldades no cumprimento de uma tarefa. Segundo a professora regente “uma atividade que mim deixou deslumbrada foi uma coreografia em Libras, com todos os alunos da sala para dia dos professores”. Para Mantoan (1997) a metáfora inclusão é a do caleidoscópio, ou seja, precisa de todos os pedaços para formar as figuras. Portanto assim é a criança que precisa de um ambiente variado, de ajuda de todos para que se desenvolva e consiga atuar dentro de uma sociedade sem limitações.

Gráfico 03 – Reporta-se as dificuldades das professoras ao trabalha aluno surdo



Fonte: elaborado pela autora

Segundo o gráfico acima verificar-se que 50% das professoras entrevistadas apontam dificuldades por falta de formação acadêmica. No entanto, 50% correspondem as professoras que afirmam que a comunicação é um obstáculo a ser enfrentado e vencido por muitas dessas docentes no cotidiano escolar, uma vez que esta não tem domínio da Libras.

Quanto à formação acadêmica, é plausível a necessidade de ampliação do nível de conhecimento das professoras sobre as diferentes deficiências que um aluno pode oferecer das

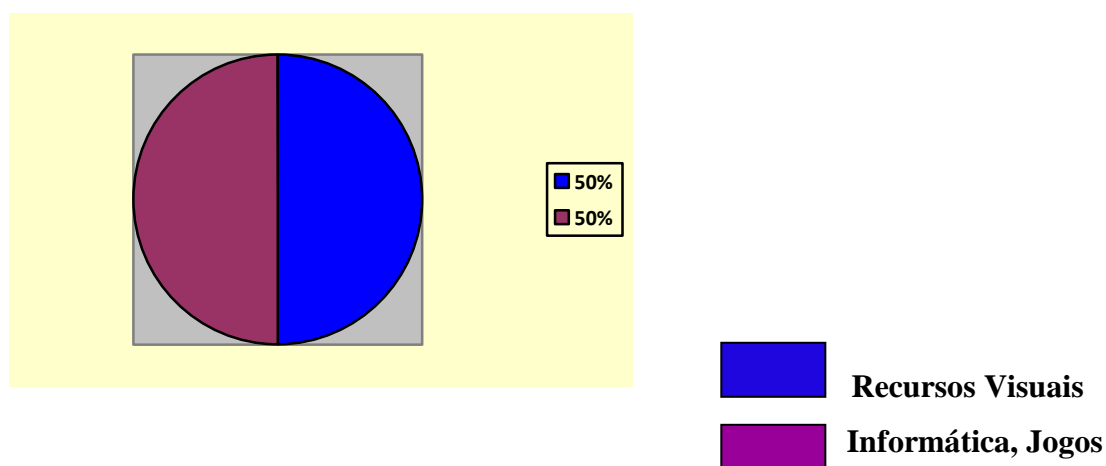
leves a mais graves e que exigem um acompanhamento mais específico com o apoio de profissionais da área de saúde.

Além disso, é necessário capacitá-las quanto as diferentes técnicas e metodologias específicas para o trabalho com alunos com NEE. Segundo a professora de AEE, fala” que não podemos cair na pratica do oralização, pois precisamos nos conscientizar que o processo de alfabetização dos alunos surdos aconteceu através da visão e muito mais demorado o do ouvinte tendo assim dificuldades com a língua portuguesa. Segundo Botelho (1998) e Lacerda (2000), como o aluno surdo tem uma língua própria, a qual não é conhecida pelos professores nem compartilhada pelos demais alunos, ele sofre uma desigualdade linguística, sem ter garantia de acesso aos conhecimentos necessários ao seu desenvolvimento cognitivo.

Nessa expectativa a comunicação dos surdos, respaldo garantido na Lei 10.436/02 a Libras é reconhecida como uma língua a nível nacional, e do Decreto 5.626/05, reconhece Libras como uma língua e assegura que a mesma deve ser uma disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério em nível médio e superior e nos cursos de fonoaudiologia de instituição de ensino, públicas e privadas, dos sistemas educacionais, estaduais, municipais e Federais.

Compreende-se que o decreto mencionado acima já há uma inquietação do Ministério da Educação tornar-se Libras um componente curricular obrigatório no curso de formação de professores no intuito de melhorar a comunicação com os alunos surdos. Compreender-se que são várias as dificuldades que permeiam o cotidiano escolar, no entanto, essas constatações não devem servir como barreiras impeditivas da inclusão, devem servir sim, como desafio, como busca de ressignificar a prática pedagógica, tornando-a mais inclusiva para todos os aprendizes.

Gráfico 04 – Referente as estratégias utilizadas pelas professoras



Fonte: elaborado pela autora

Assim quando se questionou sobre a tática que aproveitam para trabalhar com os alunos Surdos, 50% das professoras entrevistadas, assim como mostra o gráfico, utilizam recursos visuais, pois, vê-se que a expressão corporal predominou, que entre elas se destacam o uso de alguns gestos, coreografia, dramatizações e alfabeto manual. É importante ressaltar que as outras 50% além de recursos visuais, também utilizam a informática e jogos, que são ferramentas fundamentais para ampliar a aprendizagem dos alunos surdos incluídos. É preciso que as professoras busquem alternativas diversas, pois sabe-se que o ensino se dá através da visão, percebe-se ainda que a maioria das professoras reconhecem a expressão corporal como um meio disponível para comunicar-se com o aluno surdo, e tentam utiliza-la, o que se considera como ponto positivo.

O ator de brincar, independente do ambiente em que aconteça, precisa ser apreciado como um instrumento de aquisição de novos conhecimentos e de exercício das regras e normas adultas vigentes na sociedade, cooperando assim para formação de um cidadão crítico e atuante. Os jogos é um bom procedimento para trabalhar com a turma onde se tem alunos surdos incluídos, pois os jogos despertam mais interesse e desenvolvem melhor o raciocínio. Segundo Cunha (2004: p.12):

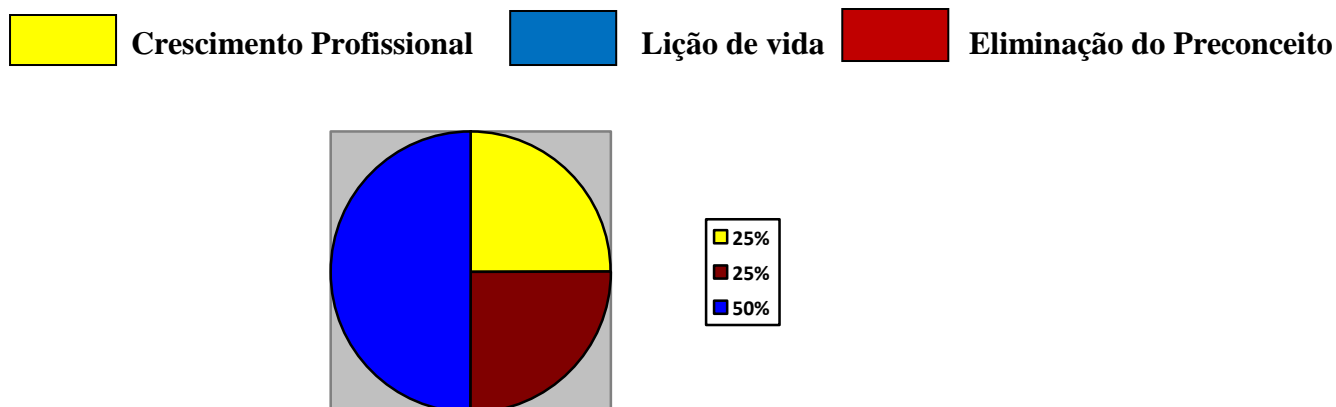
As situações de jogo trazem um desafio maior, que é a competição, mas precisam ser conduzidas compreensivamente

para que não ressaltem diferenças individuais. Os jogos cooperativos e os jogos em grupo têm vantagem de estimular a cooperação entre os participantes.

Podemos observar, que a atividade escolar deverá ser uma forma de lazer e de trabalho para os educandos, é fato que a atividade lúdica contribui na busca de novos conhecimentos, exige ao educando uma ação ativa indagadora, reflexiva, desvendada à socialização e criativa.

Para desenvolver estratégias curriculares que aponte o desenvolvimento do processo que correspondente de ensino inclusivo. Na Lei 5626/2005 Art. 15 que dispõe: Para complementar o currículo da base nacional comum, o ensino de Libras e o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos, devem ser ministrados em uma perspectiva dialógica, funcional e instrumental, como: I- atividades ou complementação curricular específica na educação infantil e anos iniciais de ensino fundamental; torna-se indispensável garantir que os docentes se sintam motivados para desenvolver suas atividades em sala de aula, onde possa diversificar metodologia e adaptada um currículo de qualidade, devendo o professor identificar barreiras que impedem a aprendizagem e assim planejar formas de remove-las para que cada aluno seja contemplado e respeitado no processo.

Gráfico 05 – Descreve a importância dos benefícios da inclusão



Em apreciação do gráfico acima, nota-se que das respostas dadas a maior parte afirma que a lição de vida é um dos básicos benefícios que os alunos surdos incluído trazem para os demais colegas e professores. No entanto, 25% optaram pelo crescimento profissional, pois, estão crescendo, tentando mudar suas práticas pedagógicas e saindo da zona de conforto, de um modelo tradicional e buscando o novo que requer mudança e 25% acreditam na eliminação de preconceito, porém, precisam-se conviver com essas pessoas para perceber que elas são em primeiro lugar, pessoas humanas com uma deficiência. Tendo os mesmos desejos, vontades de ter amigos, fazer programas, mais o preconceito faz com que elas se afastem.

Muitas barreiras são formadas pelo preconceito, percebe-se que a inclusão possibilita aos que são discriminados pela deficiência, pela classe social ou pela cor que, por direito, ocupem seu espaço na sociedade. Se isso não ocorrer, essas pessoas serão sempre dependentes e terão uma vida cidadã pela metade. Você não pode ter um lugar no mundo sem considerar o do outro, valorizando que ele é e o que ele pode ser. Segundo Crochík (1997a, p.56) que: “(...) o preconceito é um fator que revela a dificuldade da individuação, por implicar em não reflexão e não experimentação em relação ao(s) objeto(s) de preconceito”.

Além disso, para as professoras, o maior lucro é em garantir a todos o direito à educação e também quebrar as barreiras que impedem o preconceito. O Artigo 3º institui que a Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de

professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O processo educativo é compreendido como espaço onde podem ocorrer as interações que, quando positivas, favorecem o ensino-aprendizagem e contribuem para aceitação de todos os alunos com suas diferenças e suas singularidades. E a presença desses alunos no ensino regular, contribui para a quebra de resistências e divisões que possam vir a ser estereotipadas, favorecendo a todos os alunos o trabalho em parceria e o respeito às diferenças.

Dessa forma, compreende-se que todo e qualquer profissional da educação deve estar apto a atender as necessidades de todos os alunos, aceitando ou refletindo sobre a heterogeneidade do grupo e isso somente irá ocorrer se houver um trabalho de parceria envolvendo todos os profissionais da área na luta pelo processo inclusivo. De acordo com Borges (2004 s/p), era o desenvolvimento de um trabalho pedagógico de qualidade, centrado no aluno, oferecendo a oportunidade de aprendizagem a todos. Para Pimenta (2002), o estágio propicia conhecimento e reflexão acerca da realidade do ensino contribuindo para a qualificação do futuro professor.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi resultado de uma pesquisa exploratória bibliográfica que possibilitou discussões em relação à inclusão de alunos surdos no ensino regular, procurando objetivar a nossa pesquisa como mecanismos e os meios que viabilizem a otimização do trabalho pedagógico com surdos na perspectiva inclusiva e como aconteceu processo de integração dos estudantes com deficiência auditiva no ensino regular.

Nesta perspectiva destacam-se resultados importantes para a sociedade em que estamos inseridos. A inclusão mesmo com o respaldo legal, parafraseando Montoan (1997, p.120) “acredita-se, que ao incluir, estamos exigindo desta instituição novos posicionamentos diante dos processos de ensino e de aprendizagem, à luz de concepções e práticas pedagógicas. “

Ao observamos que o sistema educacional não se estruturou para oferecer esse serviço educacional de qualidade, as pessoas com deficiência, principalmente no sistema público de ensino. A instituição precisa adotar novos posicionamentos e procedimentos de ensino baseados em concepções e práticas pedagógicas mais evoluídas, além de mudanças na atitude de professores, modos de avaliação e promoção dos alunos para séries e níveis de ensino mais avançados.

São reflexões e discussões em relação às experiências e dificuldades encontradas pelos professores do ensino regular no processo de inclusão do aluno surdo. A proposta de inclusão escrita nos documentos é muito importante, e tem que sair do papel. Que, a inclusão dos alunos surdos se apresenta como um fato que não tão novo assim, mas a maioria dos professores e profissionais ligados à educação não estão preparados para receber esses alunos na sala de aula essa é realidade das escolas que participei e conversei com alguns professores.

O Governo, através do ministério da educação, tem que possibilitar condições favoráveis ao processo de inclusão. Nessa expectativa, as escolas devem ser reestruturadas para que os professores tenham condições de se capacitarem para atender todos os alunos de modo igualitário. Os professores precisam estar abertos a compreender as diferenças educacionais dos alunos surdos e ouvintes, para que possam auxiliá-los através do desenvolvimento de estratégias pedagógicas que atendam essas diferenças, não cai na velha armadilha do oralismo.

De acordo com o que foi apresentado e analisado, pode-se concluir que a inclusão caminhada em passo lento, tem muito que melhora a aprendizagem dos surdos inseridos na escola regular, antes tem contribuído para discriminar, segregar, desrespeitar, ocultar suas potencialidades, e acentuar as dificuldades. Precisamos de uma sociedade que faça uma reflexão sobre a formação do futuro cidadão e uma visão revigorada a fim de servir de ferramenta para conduzir o pesquisador a refletir e a instigá-lo a futuras pesquisas na área de surdez, no município de Cruzeiro do sul.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96. BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07/09/2015.

BORGES, A.R. **A inclusão de alunos surdos na escola regular**. Revista Espaço. Rio de Janeiro, v.21, p. 63-68, 2004.

BOTELHO, P. **Segredos e silêncios na educação de surdos**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

BORTOLETO, R. H.; RODRIGUES, O. M. P. R.; PALAMIN, M. E. G. **A inclusão escolar enquanto prática na vida acadêmica de portadores de deficiência auditiva**. *Revista Espaço*. Rio de Janeiro, v. 18/19, p. 45-50, 2002/ 2003.

CUNHA, Nylse Helena Silva. **Brinquedoteca: um mergulho no brincar**. 2.ed. São Paulo: Maltese. 1994.

CROCHÍK, José L. 1997 a. **Preconceito, indivíduo e cultura**. 2ªed. São Paulo: 1997.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1993.

GOFFREDO, V. L. F. S. **Integração ou segregação: eis a questão!** In **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: 1997.

GUGEL, Maria Aparecida Gugel. **Pessoas com Deficiência e o Direito ao Trabalho**. Florianópolis: Obra Jurídica, 2007.

HONORA, M. **Livro Ilustrado de Línguas de Sinais**: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

http://www.ncddr.org/rpp/techaf/lrp_ov.html

<http://surdezelinguagem.blogspot.com.br/acesso em 05/08/15>

WERNECK, Claudia. Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva. Rio de Janeiro: ED. W.V.A, 1997.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LACERDA, C.B.F. **O intérprete de língua de sinais no contexto de uma sala de alunos ouvintes: problematizando a questão**. São Paulo: Lovise, 2000.

LODI, A, C, B. **Plurilingüismo e surdez: uma leitura bakhtiniana da história da educação dos surdos**. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 409- 424, set./dez. 2005

MANTOAN. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. SANTOS, Thais Helena dos. **"LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais)" (Verbete)**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira. Educa Brasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 23 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

MOURA, M. C. **O surdo, o caminho para Uma Nova Identidade**. Rio de Janeiro. Revinter. 2000.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. L. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 199 p.

QUADROS, R.M. **Educação de surdos – A aquisição da linguagem**. Porto Alegre:1997.

RADABAUGH, Mary Pat. **Study on the Financing of Assistive Technology Devices of Services for Individuals with Disabilities** - A report to the president and the congress of the United State, National Council on Disability, Março 1993. Disponível em <<http://www.ccclivecaption.com>> Acesso em 04 set. 2015.

SKLIAR, Carlos; **A Surdez, um olhar sobre as diferenças**. 3ª edição; ed. Mediação – Porto Alegre – RS – 2005.

UNESCO. Declaração de Salamanca: **Sobre Princípio Política E Prática Em Educação Especial**. 1994.

APÊNDICES

Apêndice A- ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFESSORAS DA ESCOLA ARTUR MAIA

Nome:

Sexo: () Masculino () Feminino

Qual sua função na escola? Quanto tempo trabalha nesta área?

Especificamente, em que área?

Quais os cursos que você fez na área de inclusão?

Que tipo de turma você atende ? () AEE () Classe comum () Especial

Tem professor intérprete na turma que você atua? () sim () não

Como você vê a inclusão na sua escola?

Quais as dificuldades que você percebe em frente ao processo de inclusão?

De que forma os professores trabalham a inclusão do aluno surdo na sala de aula? Quais as estratégias?

Quais os principais benefícios que os alunos surdos trazem por estar incluído na sala de aula juntos com os alunos ditos “normais”?

Apêndice B – Fotos da Escola



ANEXOS

Anexo A - Carta de Apresentação – Escola



Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDH
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB

Polo: Cruzeiro do Sul

Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a) Maria Joacimere R. dos Santos

Instituição: Artur Maia Carvalho

Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S^a o(a) cursista pós-graduando(a) Ruilene Pinheiro Jucá que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

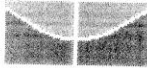
Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

Danielle Soares Bernom
Coordenador(a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Prof^a Dr^a Diva Albuquerque Maciel**

Anexo B- Aceite Institucional



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Aceite Institucional

O (A) Sr./Sra. M^a Jocimeire R. Santos (nome completo do responsável pela instituição),
 da Atun Maria Carvalho (nome da instituição) está de acordo com a realização da pesquisa
Sobre Inclusão do aluno Surdo na escola,
 de responsabilidade do(a) pesquisador(a) Ruilene Pinheiro Guá,
 aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de
 Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de
 Brasília, realizado sob orientação da Prof. Doutor/Mestre.

O estudo envolve a realização de entrevistas (entrevistas,
 observações e filmagens etc) do atendimento 5 dias, na sala dos prof. (local na
 instituição a ser pesquisado) com 5 professoras (participantes da pesquisa). A
 pesquisa terá a duração de 5 dias (tempo de duração em dias), com previsão de início em 17/08 e
 término em 22/08.

Eu, M^a Jocimeire R. Santos (nome completo do responsável pela
 instituição), Diretora (cargo do(a) responsável do(a) nome completo da
 instituição onde os dados serão coletados, declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em
 especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidade como instituição
 coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos
 sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e
 bem-estar.

(local), ____/____/____ (data).

Maria Jocimeire Rocha dos Santos
 Nome do (a) responsável pela instituição

MRSantos
 Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição
 Diretor.
 Portaria Nº 119/2014

Anexo C- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre Inclusão do aluno Surdo. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas
 (explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas; observações, questionários etc.)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como _____ (explicitar instrumentos de coleta de dados), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

Rubilene Pinheiro Jucá
 Assinatura do Pesquisador

Maria Badelha Alencar
 Assinatura do Professor

Nome do Professor: Maria Badelha Alencar

E-mail(opcional): memc25@hotmail.com

